

ISSN: 2176-5960

PROMETEUS FILOSOFIA

setembro - dezembro de 2017

número 24

ISSN: 2176-5960

PALAVRA, AÇÃO E INTENÇÃO: O CONFRONTO PÓS-AUSTINIANO ENTRE DERRIDA E SEARLE

Marcos Paulo Santa Rosa Matos
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Mestrando em Letras
mp.srmatos@hotmail.com

Resumo: Analisa-se neste artigo a controvérsia protagonizada por J. Derrida e J.R. Searle acerca da obra *Quando dizer é fazer* (1962) de J.L. Austin, polémica que ganhou destaque nos estudos norte-americanos sobre Filosofia da Linguagem e Teoria da Literatura na segunda metade do século XX. Trata-se de uma problemática articulada em uma tríade: i) a *enunciação*, enquanto produção de signos linguísticos, especialmente em sua modalidade escrita; ii) a *performance*, isto é, a realização de ações através da enunciação; iii) a *intenção* (ou intencionalidade), como elemento determinante da performance enunciativa. Ela é também marcada pelo atravessamento de questões linguísticas e ontológicas relacionados à comunicação, à ação, ao sentido, à repetição, à citação etc.

Palavras-chave: Linguagem. Comunicação. Performatividade. Intencionalidade. Iterabilidade.

Resumen: Se analiza en este artículo la controversia protagonizada por J. Derrida y J.R. Searle acerca de la obra *Cómo hacer cosas con palabras* (1962) de J.L. Austin, polémica que ganó destaque en los estudios americanos sobre la Filosofía del Lenguaje y la Teoría de la Literatura en la segunda mitad del siglo XX. Se trata de una problemática articulada en una tríada: i) la *enunciación*, mientras la producción de signos lingüísticos, especialmente en su modalidad escrita; ii) la *performance*, es decir, la realización de acciones a través de la enunciación; iii) la *intención* (o intencionalidad), como elemento determinante de la performance enunciativa. También es marcada por el atravessamiento de las cuestiones lingüísticas y ontológicas relacionadas a la comunicación, a la acción, al sentido, a la repetición, a la citación etc.

Palabras-clave: Lenguaje. Comunicación. Performatividad. Intencionalidad. Iterabilidad.

1. Introdução

A querela protagonizada por Derrida e Searle é uma cena da Filosofia da Linguagem e da Teoria da Literatura do século XX em três atos: o primeiro deles foi a conferência *Assinatura Evento Contexto* pronunciada por Derrida no Congresso Internacional das Sociedades de Filosofia de Língua Francesa, realizado em Montreal em 1971, e publicada em francês em 1972 e em inglês em 1977, na primeira edição da revista *Glyph*. Nesse trabalho, o filósofo discute a relação entre linguagem e comunicação em Condillac e Austin, sobretudo, a partir da dialética entre presença e ausência, e aponta falhas estruturais no pensamento austiniano dos performativos, que deslocou estatuto da comunicação do âmbito da semiótica para o da ontologia.

A leitura derridiana de *Quando dizer é fazer* (1962) contrastou visceralmente com o estudo sobre essa obra empreendido anos antes por Searle e publicado com o título *Os atos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem* (1969), em que desenvolve, ao seu próprio modo, os conceitos elaborados por Austin, razão pela qual procurou replicar as reflexões de Derrida através do artigo “Reiterando as diferenças: uma resposta a Derrida”, publicado na segunda edição da revista *Glyph*, concentrando sua crítica nas noções de escritura, citabilidade, iterabilidade, intencionalidade e parasitismo. No mesmo número da revista, Derrida apresentou uma longa, exaustiva, irônica, sarcástica e debochada contrarréplica, intitulada *Limited Inc. a b c...*, que não foi formalmente refutada pelo adversário, apenas abordada breve e tardiamente em *A construção da realidade social* (1995). Nesse ínterim, Searle optou por um confronto menos direto e pela exposição de críticas esparsas a Derrida, como no artigo *O mundo virou de cabeça para baixo* (1983).

Em 1988, quando a discussão entre os partidários das duas posições ainda era acalorada, Gerald Graff reuniu os textos que fomentaram a controvérsia na obra *Limited Inc.*, que não pode contar com a versão completa de *Reiterando as diferenças*, em razão de Searle recusar a licença para republicação, sendo posto em seu lugar um resumo elaborado pelo editor. Por outro lado, acrescentou-se um posfácio com perguntas e respostas feitas a Derrida. Essa situação da última palavra dada a Derrida, tanto na revista *Glyph* quanto em *Limited Inc.*, pode alimentar uma falsa sensação de que ele venceu a disputa. Sem dúvida ele teve mais fôlego e disponibilidade para expor seus argumentos, todavia foi a contraposição entre as

interpretações desses dois autores que motivou uma reflexão muito mais profunda e com um número muito maior de autores e posições¹.

Dentre os inúmeros aspectos dessa controvérsia, escolhemos o problema da construção de sentido relacionado à performatividade e à intencionalidade, que mobilizam muitos outros conceitos, como o de comunicação e do iterabilidade. Para analisarmos essas questões, no presente trabalho seguiremos o seguinte percurso: em um primeiro momento, resumiremos o percurso teórico de Austin salientando os pontos mais íntimos da problemática, isto é, o conceito de performatividade e o modo como ele trabalhou a intencionalidade; em seguida, apresentamos as posições em confronto de Derrida e Searle, destacando o problema da relação entre iterabilidade e intencionalidade, sobretudo nos dois primeiros textos do confronto: *Assinatura Evento Contexto* e *Reiterando as diferenças*. Por fim, elaboramos um brevíssimo comentário no que diz respeito ao debate ocorrido entre os dois filósofos.

2. Performatividade e Intencionalidade em Austin

2.1. Performatividade

Austin desenvolveu a teoria da performatividade (isto é, da linguagem enquanto ação, do caráter realizativo da enunciação) e a teoria dos atos de fala em quatro trabalhos distribuídos ao longo de quase duas décadas: *Outras Mentes* (1946), *Enunciações performativas* (1956), *Performativo-constativo* (1958) e *Quando dizer é fazer* (1962). Sua investigação teve como ponto de partida o estudo dos problemas gnosiológicos, lógicos e linguísticos do *dizer saber*, isto é, do uso e do sentido de expressões como “Eu sei que”, “Eu acredito que” ou “Eu acho que”. Ele percebe que os enunciados construídos a partir dela são irrefutáveis, porque, ainda que sejam falsos, fruto de uma insinceridade do locutor, seu valor-

¹ Dentre os comentários e comentadores dessa querela, podemos citar (as obras estão elencadas com tradução nossa para suas denominações, mas são referenciadas com os títulos originais): Manfred Frank em *A entropia da linguagem: considerações sobre debate Searle-Derrida* (1980); Edmond Wright em *Derrida, Searle, Contextos, Jogos, Enigmas* (1982); Louis H. Mackey em *Uma troca na Desconstrução* (1983); Martin Kurthen em *Indeterminação, iteratividade e intencionalidade: Searle, Quine e Derrida acerca da unidade de sentido* (1989); Kevin J. Halton em *Desconstrução e Teoria dos atos de fala: uma defesa da distinção entre atos de fala normais e parasitários* (1989); Mark Alfino em *Outro olhar para o debate Derrida-Searle* (1991); Peter Hadreas em *Searle versus Derrida?* (1996); Hagi Kanaan em *Linguagem, filosofia e o risco de falha: relendo o debate entre Searle e Derrida* (2002); Marc Goldschmit em *A violência da discussão: a fala padronizada de J. R. Searle e a teoria dos “atos de fala”* (2004); Jesús Navarro Reyes em *Promessas desconstruídas: Austin, Derrida, Searle* (2007) e *Como fazer filosofia com palavras: a propósito do desencontro entre Derrida e Searle* (2010); Raoul Maoti em *Derrida/Searle: desconstrução e linguagem ordinária* (2009); Roland Theuas S. Pada em *Iterabilidade e Diferença: Re-traçando o contexto do texto* (2009); Marine Manouvrier em *A controvérsia entre Derrida e Searle em torno da Teoria dos Atos de Fala* (2010); Stanley Raffel em *Entender um ao outro: o caso do debate Derrida-Searle* (2011); Tomáš Koblížek em *Como tornar os conceitos claros: discussão de Searle com Derrida* (2012); e Florian Grundei em *Diferenças irreconciliáveis? Sobre o debate linguístico-filosófico de uma teoria da ficção entre John Searle e Jacques Derrida* (s.d.).

verdade é inacessível a qualquer outro sujeito, e que não são falseados pelo engano em relação à veracidade da proposição subordinada pela conjunção “que”. A partir daí, conjecturou que essas sentenças complexas, juntamente com outras como “Eu prometo que”, “Eu juro que” e outras fórmulas semelhantes, formariam um grupo de proferimentos que se caracterizam pelo valor social de convenção e não pelo valor lógico de veracidade.

Para analisar mais detidamente esse tipo de fenômeno linguístico, propôs, de modo “provisório e sujeito à reformulação”, a divisão dos enunciados (ou das enunciações) em *constativos* (ou constatativos) e *performativos* (ou performatórios), sendo que aqueles correspondem às declarações factuais, cuja veracidade pode ser verificada e provada, e estes a sentenças com verbos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa e que satisfaçam a mais duas condições: “A) que nada “descrevam” nem “relatem”, nem constatem, e nem sejam “verdadeiros ou falsos”; B) cujo proferimento da sentença é, no todo ou em parte, a realização de uma ação, que não seja normalmente descrita consistindo em dizer algo.” (AUSTIN, 1962/1990, p. 24). Ele elenca algumas situações performativas típicas como a aceitação conjugal, o batismo, o testamento, a aposta, dividindo-as em contratuais (como “Eu aposto”) e declaratórias (como “Eu declaro guerra”), e afirma que a performatividade presente nessas condições depende de uma convenção social que a estabeleça (os atos poderiam ser realizados de forma não enunciativa, por exemplo) e da observância de *circunstâncias apropriadas*. Estando ausente um dos componentes elementares do ritual, contudo, o enunciado não se converte em constativo, isto é, não pode ser analisado no que diz respeito à veracidade: “Nunca dizemos que o proferimento era falso, mas sim o proferimento – ou melhor, o ato, isto é, a promessa [por exemplo] – foi vã ou feita de má-fé, ou não foi levada a cabo, ou coisa semelhante.” (AUSTIN, 1962/1990, p. 28).

Em busca de regularidades gramaticais, ele nota que um performativo não precisa ser uma “sentença com verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa” (o que ele denomina de *performativo explícito*, primário ou puro), mas pode corresponder a expressões linguísticas na primeira pessoa do plural (“Nós prometemos que...”), na voz passiva e na segunda (“Pela presente missiva, você está autorizado a...”) ou terceira pessoa do singular (“Adverte-se que...”) ou na forma impessoal (“Pela presente, notifica-se que...”), no modo imperativo, que seria sempre performativo (“Feche a porta” = “Ordeno-lhe que feche a porta”), ou até mesmo podem ser frases sem verbo (“Cuidado, Cão Bravo”) e sem indicação da ação realizada (“Cão”), sendo nesses casos um *performativo implícito*. Assim, Austin abandona a busca por critérios linguísticos para determinação da

performatividade, tendo em vista que há um inventário numeroso de recursos lexicais e gramaticais que podem ser usados como seus *operadores* ou *marcadores* (verbos, categorias verbais, aspectos prosódicos, advérbios, conectivos, elementos extralinguísticos, circunstâncias enunciativas etc.). Por outro lado, hipotetiza que todo performativo pode ser reduzido à forma explícita, na qual o verbo que denota a ação é o elemento central, de modo que seria possível estabelecer uma lista de verbos cujos valores semânticos corresponderiam aos tipos de ações possíveis de serem realizadas performativamente.

A distinção entre constativo e performativo, todavia, é posta em crise em razão de uma série de relações de dependência lógica (implicação, pressuposição) que podem ser estabelecidas entre eles, e também pela possibilidade de conversão de qualquer constativo em performativo através da expressão “Eu declaro que”. Austin (p. 85, grifos do autor), então, põe essa distinção em suspenso e tenta abordar a questão por um viés mais ontológico do que linguístico, analisando o que ele denominou de *atos de fala*, isto é, o dizer fazendo algo, e procurando considerar “[...] em quantos sentidos se pode afirmar que dizer algo é fazer algo, ou que ao dizer algo estamos fazendo algo, ou mesmo que por dizer fazemos algo.”. Distingue, então, entre três atos fundamentais: i) o ato de dizer algo (*ato locucionário* ou locutório), isto é, a produção de sentidos a partir de uma realização linguística, que compreende a emissão de certos ruídos físicos (ato fonético) convencionados socialmente, isto é, formais e reiteráveis (ato fático), e utilizados enunciativamente para denotar um certo sentido e referência (ato rético); ii) o ato ao dizer algo (*ato ilocucionário* ou ilocutório), que corresponde ao “uso” dado ao enunciado por um enunciador, ou seja, a impressão de um aspecto particular à enunciação; iii) o ato por dizer algo (*ato perlocucionário* ou perlocutório), que são os efeitos da enunciação em relação ao enunciatário, que podem ser tanto desejados (objetivos) quanto indesejados (sequelas).

Nessa nova estrutura a ilocução ocupa um lugar central, já que ela é uma mobilização da locução que resulta em uma perlocução, e será caracterizada pela adição de uma *força ilocucionária* à enunciação. Austin, então, busca uma classificação das forças ilocucionárias, integrando-a com a pretensão de levantamento da lista de verbos performativos e chegando à abstração de seis classes de enunciados: i) *veriditivos*, expressam vereditos (absolvo, condeno, avalio etc.); ii) *exercitivos*, exercem poderes, direitos ou influências (nomeio, ordeno, renuncio etc.); iii) *comissivos*, comprometem o enunciador com a realização de uma ação (prometo, juro, aposto etc.); iv) *comportamentais*, ritualizam comportamentos sociais como pedir desculpas, elogiar, felicitar, expressar pesar, maldizer, desafiar etc. (cumprimento,

lamento, convindo etc.); v) *expositivos*, esclarecem o modo como os enunciados se encaixam no curso do diálogo (declaro, ênfase, concludo etc.). Há, portanto, uma guinada teórica que desloca o problema linguístico dos tipos de enunciados para o problema ontológico dos tipos de ações enunciativas.

Nessa nova conjuntura, a oposição constativo/performativo é abandonada e esses conceitos passam a ser subprodutos da teoria dos atos de fala. Como a locução sempre implica diretamente na ilocução e indiretamente na perlocução, a performatividade é vista, agora, como uma propriedade geral da enunciação, confundida com o próprio ato ilocucionário, e não mais de enunciações específicas (*quando dizer é fazer* desloca-se para *todo dizer é fazer*), e a constatividade, por sua vez, passa a ser uma propriedade particular de alguns enunciados que, além de critérios de felicidade poderiam também ser avaliados a partir de critérios de veridicidade. Ele, promove, assim, um encaixamento, da “teoria especial” da performatividade na “teoria geral” dos atos de fala e a distinção entre os conceitos iniciais seria, portanto, apenas aparente: chamou-se de constativos os enunciados nos quais há ênfase na locução, e performativos aqueles em que há destaque para a ilocução. Sobram, contudo, algumas arestas desalinhadas, como o fato de que, embora todos os enunciados possuam um certo grau de performatividade, apenas alguns podem ser constativos, e destes, a maioria é composta pelos expositivos, tidos pelo próprio Austin (1962/1990, p. 124) como “difíceis de definir” e relacionados a uma força ilocucionária muito peculiar, que se confunde com a própria locução.

2.2. Intencionalidade

A intencionalidade em Austin está relacionada aos pensamentos e aos sentimentos do locutor, sendo mobilizada em três momentos de sua teoria: i) como um elemento constitutivo da performatividade, isto é, uma das circunstâncias necessárias à sua ocorrência; ii) como um valor ilocucionário específico no conjunto de forças ilocucionárias possíveis; iii) como uma pretensão perlocucionária satisfeita ou contrariada. Quanto ao primeiro caso, Austin elabora um rol de condições que devem ser satisfeitas para que um performativo, enquanto acontecimento singular, isto é, único e irrepetível, possa ocorrer com êxito, situação em que será um *performativo feliz*, de modo que, estando ausente qualquer uma delas, haverá apenas uma tentativa frustrada, ou seja, um *performativo infeliz*. Ele elenca seis *condições de felicidade*: existência de convenção formal de invocação (A.1), adequação das pessoas e das circunstâncias à invocação (A.2), correção da execução do ritual (B.1), completude da

execução do ritual (B.2), intenção de cumprimento de uma conduta específica (Γ.1), efetivo cumprimento de uma conduta específica (Γ.2).

O autor organiza essas condições em dois grandes grupos, notando uma diferença entre eles, mas sem saber como explicá-la: as quatro primeiras condições, quando não satisfeitas, revelam um desacerto na efetivação performativa, enquanto as falhas relacionadas às duas últimas são formas de abuso da efetivação performativa. Poderíamos denominar esses grupos de *condições de validade*, de um lado, e *condições de eficácia*, do outro. Na formulação textual dessas condições, Austin parece relativizar a aplicação destas últimas, reservando-as para os “[...] casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa a instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes [...]”², mas isso não é confirmado nos demais momentos de sua reflexão. Cada uma dessas condições, quando não observada, corresponde a um tipo de infelicidade, assim, quando a intenção requerida ou implicada pelo performativo não está presente, ocorre uma insinceridade. Por outro lado, a presença da intenção não garante, por si só, a felicidade do performativo, que pode ser frustrada por más formulações ou más aplicações das convenções rituais (más invocações), falhas ou tropeços na concretização ritual (más execuções), ou, ainda, descumprimentos das intenções expressas pelas convenções. Dito de outro modo, tanto as convenções quanto as intenções, os elementos mais enfatizados por Austin, são necessários mas não suficientes para a efetivação de um performativo.

O segundo e o terceiro aparecimentos da intencionalidade de Austin ocorre em sua teoria dos atos de fala. Ele conceitua os enunciados comissivos como aqueles que se caracterizam como uma promessa ou uma assunção: “[...] *comprometem* a pessoa a fazer algo, mas incluem também declarações ou anúncios de intenção, que não constituem promessa, e incluem também coisas um tanto vagas que podemos chamar de adesões, como, por exemplo, tomar partido.” (AUSTIN, 1962/1990, p. 123, grifo do autor). Essas declarações de intenção aproximam-se, de um lado, dos compromissos assumidos porque em “ambos os casos estão compreendidos no performativo primário ‘farei’; assim, temos as locuções ‘provavelmente o farei’ e ‘farei tudo o que puder’.”, e de outro, dos enunciados descritivos, tendo em vista que:

[...] posso, *simplesmente*, declarar que tenho uma intenção, mas também posso declarar ou expressar ou anunciar minha intenção ou resolução.

² Ibid., p. 31.

‘Declaro minha intenção’ me compromete, indubitavelmente; e dizer ‘tenho a intenção’ equivale, geralmente, a declará-la ou anunciá-la.’³

Por fim, a intencionalidade está intrinsecamente ligada à noção de ato perlocucionário, enquanto conjunto de “[...] efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas.”⁴; a perlocução é avaliada sempre a partir da intenção do locutor, em relação à qual poderá ser apenas eufórica ou disfórica, satisfação de objetivos ou sequelas de malogro.

3. Um Confronto Pós-Austiniano

3.1. A Crítica Derridiana

Derrida desenvolveu sua conferência *Assinatura Acontecimento Contexto* (1972; 1988) em duas etapas: na primeira, descreve o conceito clássico de escrita, sobretudo, a partir de Condillac; na segunda, aborda e analisa criticamente a reflexão de Austin sobre a linguagem performativa. Ele parte da polissemia do termo “comunicação”, que pode referir-se tanto à transmissão de significados quanto a passagem de movimentos, para situar a escrita clássica como um meio de comunicação que se realiza em um espaço homogêneo da comunicação geral, cujo ponto de partida é a linguagem da ação (oral e gestual): ela apenas estenderia a comunicação da ação no espaço e no tempo, suprimindo a ausência dos interlocutores, mas sem causar qualquer ruptura na relação interlocutória. Nesse espaço de continuidades, os diversos tipos de escrita formavam uma gradação simples, caracterizados pela ausência do destinatário, isto é, por uma suplementação de sua presença através da representação. Nessa perspectiva, o signo seria uma representação do referente, e a escrita, uma representação da comunicação face a face.

Ele se opõe a essa visão e procura mostrar que a escrita opera uma ruptura radical: a ausência dos destinatários é, de fato, uma não-presença, ao invés de uma presença rarefeita. Para demonstrar sua posição, Derrida recorre ao conceito de *iterabilidade*: a escrita deve ser necessariamente legível, e para que seja legível é preciso que seja repetível, sendo que

A possibilidade de repetir e, pois, de identificar as marcas está implicada em todo código, faz deste uma grade comunicável, transmissível, decifrável, iterável por um terceiro, depois para todo usuário possível em geral. Toda escrita deve, pois, para ser o que ela é, poder funcionar na ausência radical de todo destinatário empiricamente determinado em geral. Toda escrita não é

³ Ibid., p. 128, grifo do autor.

⁴ Ibid., p. 89.

uma modificação contínua da presença, é uma ruptura da presença, a “morte” ou a possibilidade da “morte” do destinatário inscrita na estrutura da marca [...]. (DERRIDA, 1988/1991b, p. 19)

Assim, a comunicação escrita é constituída por marcas (grafemas) que não se esgotam no momento de sua inscrição e comportam uma força de ruptura com o contexto de produção, constituindo-se como um espaçamento tanto em relação ao referente quanto em relação ao produtor. Além disso, há a possibilidade sempre aberta de citação, isto é, de extração e reagrupamento das marcas, o que demonstra sua total independência em relação à consciência e a intenção do escritor. Essas características, todavia, não são exclusivas da comunicação escrita, mas podem ser atribuídas à comunicação em geral, porque ela sempre necessita de um código, cujos signos constitutivos, ainda que não sejam grafemas, são caracterizados pela *citabilidade* (ou citacionalidade). Esta, por sua vez, decorre do fato de os códigos de comunicação produzirem sentido tanto na ausência de referente quanto na ausência de significado, isto é, sem intenção significativa, sem significação objetiva ou sem consistência gramatical.

Derrida chega à conclusão de que a iterabilidade, que se realiza através de repetição e da citação, põe as marcas da comunicação em deriva semântica, ou seja, em permanente crise de sentido, que não é um acidente ou uma anomalia, mas uma condição de possibilidade e um elemento constitutivo da linguagem. Ele passa então à segunda etapa, em que confronta a teoria austiniana da performatividade a partir do conceito de iterabilidade. Para isso, ele sintetiza as ideias de Austin a partir dos seguintes pontos-chave⁵: i) Austin parece só considerar os atos de fala como atos de comunicação; ii) os atos de fala comunicam não um conteúdo de sentido, mas uma ação; iii) os performativos não possuem um referente fora de si, antes ou perante si, mas produzem o próprio referente, o que também pode ser realizado pelos constativos, mas de modo não essencial; iv) para os performativos o valor de verdade foi substituído pelo valor de força; v) os performativos são enunciados-eventos, ou seja, acontecimentos singulares e originais cujo sentido requer permanentemente um valor de contexto, inclusive de contexto exaustivamente determinável; vi) a análise da “linguagem ordinária” exclui tudo o que é considerado “não sério” e “parasitário”, isto é, os usos linguísticos que se afastam de um padrão de normalidade da enunciação, como a citação, a encenação dramática, a recitação poética e o solilóquio.

Ressalta ainda que, para Austin, a compreensão dos enunciados performativos a partir do contexto total de sua produção implica na participação consciente do locutor e na

⁵ Os quatro primeiros tópicos são elencados explicitamente por Derrida (1972; 1988).

comunicação de um sentido intencional através de formas convencionais de locução e atuação, e que esse encadeamento entre convenção, consciência, intenção e realização, por sua vez, está sempre sujeito ao fracasso representado pelas infelicidades. Essa visão, contudo, é falha porque ao lado da convencionalidade das circunstâncias enunciativas, há a convencionalidade intrínseca da própria locução, que pressupõe a iterabilidade das fórmulas performativas, o que, por seu turno, afasta o predomínio da intenção e a necessidade de participação consciente do locutor e de conhecimento do contexto pelo interlocutor. Além disso, o risco de fracasso não é uma frustração do performativo, mas uma condição intrínseca de possibilidade, uma lei da linguagem, uma força-motriz de sua produção; razão pela qual a exclusão do que é infeliz, não-sério ou parasitário do campo da linguagem “ordinária” transforma-a em um objeto puramente estético, mas sem contornos materiais.

Os enunciados-eventos são, por isso, enunciados-citações. Para demonstrar essa última afirmação, Derrida retoma o conceito austiniano de *fonte da enunciação*, que corresponde ao sujeito enunciativo, referido através de diversos recursos linguísticos, como a primeira pessoa do singular nos enunciados orais e a assinatura nos enunciados escritos. Concentrando-se neste último caso, mostra que a assinatura, embora corresponda a um evento singular, isto é, sua aposição, requer também seu reconhecimento, isto é, sua legibilidade, e para isso faz-se necessário que ela seja repetível, imitável, isto é, iterável. Conclui, então, afirmando que a escrita, enquanto comunicação “[...] não é o meio de transporte do sentido, a troca das intenções e dos querer-dizer, o discurso e a ‘comunicação das consciências’”, mas que “[...] apesar do deslocamento geral do conceito clássico, ‘filosófico’, ocidental etc. de escrita, parece necessário conservar, provisória e estrategicamente, o *velho nome*.” (DERRIDA, 1988/1991, p. 36, grifo do autor), tendo em vista que a desconstrução que ele pretende fomentar consiste não em passar de um conceito a outro, mas em deslocar a ordem conceitual e não-conceitual em que ele se articula.

3.2. A Posição Searliana

Searle concentra sua reflexão acerca da teoria dos atos de fala proposta por Austin no conceito de intencionalidade, que possui duas principais acepções: i) uma mais geral, como elemento não apenas constitutivo mas fundante da linguagem, que é compreendida como “[...] conduta intencional governada por regras para explicar a possibilidade de, não com vistas a proporcionar evidência para, as caracterizações linguísticas.” (SEARLE, 1969/1994, p. 25, tradução nossa), razão pela qual todo enunciado é sempre materialização de intenções; ii)

outra mais específica, como expressão de intenções, um gênero bastante especial de atos de fala, que compreende desde a mera declaração de intenções até a promessa enquanto compromisso formal de realização de intenções, e que se caracteriza pela explicitação de intenções, sejam sinceras ou não, em oposição à expressão de crenças, em que as intenções permanecem elípticas, mas indicadas e marcadas por uma série de elementos linguísticos e circunstanciais.

A primeira e mais radical acepção de intencionalidade está intimamente relacionada tanto à força ilocucionária quanto ao significado. Para Searle, “Os atos ilocucionários e proposicionais consistem caracteristicamente em emitir palavras dentro de orações, em certos contextos, sob certas condições e com certas intenções [...]”⁶, mas nessa cadeia de circunstâncias adequadas, são as intenções os elementos de maior relevo, porque constituem o alicerce principal da comunicação:

O falante tem a intenção de produzir um certo efeito ilocucionário fazendo com que o ouvinte reconheça sua intenção de produzir esse efeito, e ele tem também a intenção de que esse reconhecimento se consiga em virtude do fato de que o significado do *item* que emite se associa convencionalmente com a produção desse efeito.⁷

Searle insiste na ideia de que ao realizar um ato ilocucionário, o locutor busca produzir um certo efeito no interlocutor, que consiste justamente no reconhecimento de sua intenção de produzir esse efeito, ou seja, ser compreendido é o ato perlocucionário por excelência:

Ao falar intenciono comunicar certas coisas ao meu ouvinte, fazendo com que ele reconheça minha intenção de comunicar precisamente essas coisas. Alcanço o efeito pretendido no ouvinte fazendo com que ele reconheça minha intenção de alcançar esse efeito, e logo que o ouvinte reconhece que isso que intenciono alcançar, se alcança, em geral o efeito que se pretendia. O ouvinte compreende o que estou dizendo logo que reconhece que minha intenção, ao enunciar o que enuncio, é uma intenção de dizer essa coisa. (SEARLE, 1969/1994, p. 52, tradução nossa)

Compreender um enunciado, por sua vez, consiste em conhecer o seu significado, que é determinado pelas regras convencionais que governam tanto as condições quanto os conteúdos da enunciação. Reconhecer as intenções, conhecer os significados e as regras que governam a enunciação são, portanto, atividades imbrincadas e inseparáveis, daí a importância da linguagem ordinária como lugar por excelência, do sentido literal, isto é, do uso comum das regras e das formas de linguagem. Todavia, também nessa dimensão

⁶ Ibid., p. 33, tradução nossa.

⁷ Ibid., p. 68, grifo do autor, tradução nossa.

semântica as intenções são o elemento predominante, podendo prescindir até mesmo das convenções, já que:

Algumas classes muito simples de atos ilocucionários podem, na verdade, realizar-se independentemente de algum uso de quaisquer dispositivos convencionais em absoluto, fazendo, simplesmente, com que o auditório reconheça algumas de nossas intenções através de certa forma de comportamento.⁸

A partir desse plano de fundo, Searle elaborou sua réplica a Derrida seguindo relativamente a mesma divisão do texto *Assinatura Evento Contexto*: na primeira parte, discute a relação entre escrita, iterabilidade e intencionalidade; na segunda, refuta as críticas feitas a Austin. Searle afirma que Derrida propôs uma assimilação do discurso oral pela escrita através de um conceito confuso de iterabilidade: a oralidade pressupõe a iterabilidade das formas linguísticas, enquanto a escrita avança um pouco mais, e se articula a partir de uma iterabilidade radical que funciona na ausência do contexto de sua produção. Há nessa concepção derridiana duas idéias distintas: a *recursividade* ou repetibilidade, que corresponde à iterabilidade propriamente dita, e a *permanência* que possibilita a reprodutibilidade. A primeira é característica de todos os sistemas de representação regulados por regras, tendo em vista que as regras só são aplicáveis para elementos repetíveis; já a permanência relativa é característica da escrita, cuja forma material prescinde da presença dos interlocutores para ser transmitida, mas não está necessariamente relacionada à ausência deles (como as lista de compras e os bilhetes trocados durante reuniões).

Para ele, essa confusão é o que possibilita a Derrida aproximar citabilidade e iterabilidade: a citabilidade não decorre da possibilidade de repetição dos signos, mas sim da possibilidade de separar um significante do seu significado literal ou eventual e empregá-lo para muito além das situações de representação de onde foi recortado, o que é próprios de todos os sistemas semióticos, e não está relacionado necessariamente aos grafemas. Além disso, a relação entre iterabilidade e intencionalidade foi completamente invertida: a possibilidade de repetição e de citação de um enunciado não o liberta ou o afasta das intenções de seu produtor, pelo contrário, revelam que elas foram alcançados, tendo em vista que a compreensão e a dissociação do significado de um enunciado implica no reconhecimento das intenções expressas nele, porque “Uma vez que o autor diz o que ele quer dizer, o texto é a expressão de suas intenções.” (SEARLE, 1977, p. 202, tradução nossa). Logo, não há signos puros, ou seja, meras convenções convocadas a cada enunciado-evento,

⁸ Ibid., p. 52, tradução nossa.

porque toda enunciação, seja ela presente ou futuro, é sempre uma atividade intencional, assim como a citação e a repetição.

No segundo momento, a apologia a Austin, Searle concentra-se inicialmente na questão da exclusão das formas parasitárias do objeto de estudo da Filosofia da Linguagem Ordinária. Ele esclarece que essa exclusão é epistemológica e não metafísica, ou seja, é um corte necessário ao processo de investigação, e que a denominação “parasita” não comporta qualquer tipo de avaliação moral, mas se refere à dependência lógica em relação à linguagem ordinária; quanto ao parasitismo da escrita em relação ao discurso oral, trata-se de uma outra ideia: a dependência do ponto de vista histórico no âmbito do desenvolvimento das línguas naturais. Em seguida, volta ao problema da iterabilidade e da intencionalidade, opondo-se ao argumento de Derrida segundo o qual Austin negou a possibilidade de citação de enunciados ao excluir as formas parasitárias, porque nestas as expressões linguísticas são apenas usadas e não mencionadas, o que revela uma confusão derridiana também entre citabilidade e parasitismo; a iterabilidade relacionada por Derrida à citabilidade e à convencionalidade, por sua vez, é apenas parte da iterabilidade do código linguístico, que compreende tanto a repetição das formas lexicais quanto das regras sintáticas. E reafirma que a iterabilidade não supera a intencionalidade, mas a pressupõe: a legibilidade do código fundamenta-se em primeiro lugar não no conhecimento da convenção, mas no reconhecimento da intenção.

4. Considerações Finais

O confronto de que trata esse trabalho é composto por dois duetos/duelos: entre Derrida e Austin e entre Derrida e Searle. Todo o confronto se dá por vias indiretas: no primeiro caso, porque Austin não pode participar, é apenas arrastado para um debate; no segundo, porque o debate, de fato, não ocorre enquanto colóquio, apenas como uma sucessão de solilóquios, em que os debatedores mal se reconhecem – Searle não leva Derrida a “sério”, e este substitui Searle enquanto autor por uma sociedade limitada (*Limited Inc.*)⁹ de possíveis autores. Por essa razão a própria existência do debate é posta em questão; Searle afirma que:

[...] seria um erro considerar a discussão de Derrida sobre Austin como um confronto entre duas tradições filosóficas proeminentes. [...] porque ele compreendeu mal e formulou mal a posição de Austin em vários pontos cruciais [...] e, assim, o confronto nunca ocorreu completamente.” (1977, p. 198, tradução nossa)

⁹ Também denominada de “três + n autores” e “Sarl” (*Société à responsabilité limitée*), em razão de Searle afirmar, na primeira nota de fim, uma dívida com H. Dreyfus e D. Searle a respeito da discussão abordada na réplica (SEARLE, 1977, p. 208).

E Derrida, por sua vez, refuta:

Dir-se-á: mas é do confronto Austin-Derrida que a *Reply* diz que “*never quite takes place*”. E são os três + n autores da *Reply* que, apresentando-se um pouco como os legítimos herdeiros de Austin, [...] provocam o confronto. Mas tê-la-iam provocado se ela [a confrontação] já não tivesse ocorrido um pouco? Que é esse ocorrer (onde? quando? até que ponto?) para um “confronto” desse tipo? (1988/1991c, p. 52)

Inobstante todas as negações, relativizações e dubitações, o acontecimento do confronto é uma realidade dada, ainda que “não completamente”, e marcada historicamente pela iterabilidade, nele tão problematizada. Trata-se sim do (des)encontro de duas grandes tradições filosóficas e literárias: aquela para a qual o texto é um móvel sólido que circunda um “núcleo duro” de linguagem, preenchido por sentidos literais e intencionalidades autorais, que pode ser contemplado sob diferentes pontos de vista, mas cuja perspectiva é sempre produzida pela relação entre dois referenciais inerciais – o contexto do produtor e o contexto do receptor; e outra, que enxerga o texto como motor fluido capaz de assumir diversos volumes e formas, mas não todos, isto é, suas linhas e entrelinhas possuem densidades e fluências específicas, que oferecem resistência à compressão, à conformação e ao escoamento dos sentidos e das intencionalidades, sem, contudo, estabelecê-los *a priore* e *in interiore*.

São duas visões bastante contrárias e complementares, cuja tensão é responsável por fomentar e sustentar um grande número de confrontações ao longo da história da Hermenêutica, da Crítica Literária, dos Estudos da Tradução etc., razão pela qual não faz sentido perseguir uma suplantação ou síntese entre elas. Embora a posição de Derrida esteja mais alinhada à perspectiva contemporânea da “obra aberta” (ECO, 1962) e da estética da recepção (WARNING, 1975), e as reflexões de Searle possam ser consideradas como dogmáticas (DERRIDA, 1988/1991c, p. 51), estas são fundamentais para sistemas de interpretação nos quais o sentido literal e o contexto de produção desempenha papel preponderante, como a Hermenêutica Jurídica, que se alicerça na discussão entre o *mens legis* e o *mens legislatoris*, isto é, o sentido (ou espírito) da lei e o do legislador (NADER, 1980).

REFERÊNCIAS

ALFINO, Mark. “Another Look at the Derrida-Searle Debate”. *Philosophy & Rhetoric*. Pennsylvania: Penn State University Press, v. 24, n. 2, p. 143-152, 1991.

AUSTIN, John Langshaw. "Other Minds". *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. sup. 20, p. 148-187, 1946. [Trad. lusófona: _____. "Outras mentes". In: RYLE, Gilbert et al. *Ensaaios*. São Paulo: Nova Cultural, 1980. p. 19-47].

_____. "Performative utterances". In: _____. *Philosophical papers*. London: Oxford University Press, 1961. p. 233-253. [Trad. hispanófona: _____. Emsiones realizativas. In: _____. *Ensayos filosóficos*. Madrid: Revista de Occidente, 1975. p. 217-231].

_____. "Performatif-Constatif". *Cahiers de Royaumont. Philosophie IV: La philosophie analytique*. Paris: Minuit, 1962. p. 271-304. [Trad. lusófona: _____. "Performativo-constativo". In: OTTONI, Paulo Roberto. *Visão performativa da linguagem*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998. p. 109-144].

_____. *How to do things with words*. London: Oxford University Press, 1962. [Trad. hispanófona: _____. *Cómo hacer cosas con palabras: Palabras y acciones*. Barcelona: Paidós, 1982; Trad. lusófona: _____. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre; Artes Médicas, 1990].

DERRIDA, Jacques. "Signature Événement Contexte". In: _____. *Marges de la philosophie*. Paris: Minuit, 1972. p. 367-393. [Trad. lusófona: _____. *Assinatura Evento Contexto. Margens da filosofia*. Campinas: Papirus, 1991a. p. 349-373].

_____. "Signature Event Context". *Glyph*, Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, v. 1, p. 172-197, 1977.

_____. "Signature Event Context". In: _____. *Limited Inc.* Evanston (IL): Northwestern University Press, 1988. p. 1-23 [Trad. lusófona: _____. "Assinatura Evento" Contexto. In: _____. *Limited Inc.* Campinas: Papirus, 1991b, p. 11-37]

_____. "Limited Inc.abc...". *Glyph*, Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, v. 2, p. 162-254, 1977.

_____. "Limited Inc.abc..." In: _____. *Limited Inc.* Evanston (IL): Northwestern University Press, 1988. p. 29-107. [Trad. lusófona: _____. "Limited Inc.abc..." In: _____. *Limited Inc.* Campinas: Papirus, 1991c, p. 43-148].

_____. "Afterword: Toward an Ethic of Discussion". In: _____. *Limited Inc.* Evanston (IL): Northwestern University Press, 1988, p. 111-54. [Trad. lusófona: _____. "Posfácio: Em direção a uma ética da discussão". In: _____. *Limited Inc.* Campinas: Papirus, 1991d, p. 149-212].

ECO, Umberto. *Opera aperta*. Milan: Bompiani, 1962. [Trad. lusófona: _____. *Obra Aberta*. São Paulo: Perspectiva, 1968].

FRANK, Manfred. “Die Entropie der Sprache. Überlegungen zur Debatte Searle-Derrida”. In: _____. *Das Sagbare und das Unsagbare*. Studien zur neuesten französischen Hermeneutik und Texttheorie. Frankfurt: Suhrkamp, 1980, p. 491-560.

GOLDSCHMIT, Marc. “La violencia de la discusión. El habla estandarizada de J. R. Searle y la teoría de los ‘speech acts’”. In: _____. *Jacques Derrida, una introducción*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004. Disponível em: <http://redaprenderycambiar.com.ar/derrida/comentarios/searle_1.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

GRAFF, Gerald. “Summary of ‘Reiterating the Differences’”. *Limited Inc*. Evanston (IL): Northwestern University Press, p. 25-27, 1988. [Trad. lusófona: _____. “Reiteração das diferenças: resposta a Derrida” (John R. Searle). In: DERRIDA, Jacques. *Limited Inc*. Campinas: Papyrus, 1991, p. 39-42].

GRUNDEI, Florian. “Unüberbrückbare Differenzen? Zur linguistisch-philosophischen Debatte einer Theorie der Fiktion zwischen John Searle und Jacques Derrida”. *Texturen*, Frankfurt, [s.d]. Disponível em: <<http://www.texturen-online.net/campus/campustexte/searle-derrida-debatte-i/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

HADREAS, Peter. “Searle versus Derrida?”. *Philosophiques*, Montréal: Société de Philosophie du Québec, v. 23, n. 2, p. 317-326, automne 1996.

HALION, Kevin J. *Deconstruction and Speech Act Theory: A Defence of the Distinction between Normal and Parasitic Speech Acts*. [s.n.: s.l.], sep. 1989. Disponível em: <<http://www.e-anglais.com/thesis.html>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

KENAAN, Hagi. “Language, philosophy and the risk of failure: rereading the debate between Searle and Derrida”. *Continental Philosophy Review*. Dordrecht: Kluwer Academic, v. 35, p. 117-133, mar./dec. 2002.

KOBLÍŽEK, Tomáš. “How to Make the Concepts Clear: Searle’s Discussion with Derrida”. *Organon F*. Bratislava: Slovak Academy of Sciences/ Institute of Philosophy, v. 19, n. sup. 2, p. 161-169, 2012.

KURTHEN, Martin. “Indeterminiertheit, Iterabilität und Intentionalität: Searle, Quine und Derrida zur Einheit der Bedeutung”. *Zeitschrift für allgemeine Wissenschaftstheorie*, Stuttgart: Franz Steiner, v. 20, n. 1, p. 54-86, mar. 1989.

MACKAY, Louis H. “An Exchange on Deconstruction (Reply by John R. Searle)”. *The New York Review of Books*, New York, v. 31, n. 1, p. 47-48, 2 feb. 1984. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/1984/02/02/an-exchange-on-deconstruction/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

MANOUVRIER, Marine. *La controverse entre Derrida et Searle autour de la theorie des actes de langage*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles/ Faculté de Philosophie et Lettres, mai 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/509599/La_controverse_Derrida_Searle_autour_de_la_th%C3%A9orie_des_actes_de_langage>. Acesso em: 12 jul. 2016.

MAOTI, Raoul. *Derrida/Searle: Déconstruction et langage ordinaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009. [Trad. anglófona: _____. *Derrida/Searle: Deconstruction and Ordinary Language*. New York: Columbia University Press, 2014].

NADER, Paulo. *Introdução ao Estudo do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

PADA, Roland Theuas S. “Iterability and Différance: Re-tracing the Context of the Text”. *Kritike*, Manila: University of Santo Tomas / Department of Philosophy, v. 3, n. 2, p. 68-89, dec. 2009.

RAFFEL, Stanley. “Understanding Each Other: The Case of the Derrida-Searle Debate”. *Human Studies*, New York: Springer, v. 34, n. 3, p. 277–292, fall 2011.

REYES, Jesús Navarro. “Promesas deconstruidas. Austin, Derrida, Searle”. *Thémata*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, n. 39, 2007.

_____. *Cómo hacer filosofía con palabras: A propósito del desencuentro entre Searle y Derrida*. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, 2010.

SEARLE, John R. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. [Trad. hispanófona: _____. *Actos de habla: ensayo de filosofía del lenguaje*. Barcelona: Planeta-Agostini, 1994].

_____. “Reiterating the Differences: A Reply to Derrida”. *Glyph*, Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, v. 2, p. 198-208, 1977.

_____. “The word turned upside down”. *The New York Review of Books*, New York, v. 30, n. 16, p. 74-79, 27 out. 1983. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/1983/10/27/the-word-turned-upside-down/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. *The construction of social reality*. New York: The Free Press, 1995. [Trad. hispanófona: _____. *La construcción de la realidad social*. Barcelona: Paidós, 1997].

WARNING, Rainer (ed.). *Rezeptionsästhetik: Theorie und Praxis*. München: Wilhelm Fink, 1975.

WRIGHT, Edmond. “Derrida, Searle, Contexts, Games, Riddles”. *New Literary History*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, v. 13, n. 3 (Theory: Parodies, Puzzles, Paradigms), p. 463-477, spring 1982.